



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MENSAGEM N.º 105, DE 2026 **(Do Poder Executivo)**

Ofício nº 117/2026

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do “Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa”, assinado em Brasília, em 28 de março de 2024.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD).

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

MENSAGEM N° 105

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro da Justiça e Segurança Pública, o texto do “Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa”, assinado em Brasília, em 28 de março de 2024.

Brasília, 10 de fevereiro de 2026.



EMI nº 00196/2025 MRE MJSP

Brasília, 28 de Novembro de 2025

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do “Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa”, assinado em Brasília, em 28 de março de 2024, por Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, e por Stéphane Séjourné, Ministro de Europa e dos Negócios Estrangeiros da França.

2. O referido Acordo prevê a expansão e modernização do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996, aperfeiçoando ainda mais a cooperação jurídica bilateral em matéria penal.

3. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Enrique Ricardo Lewandowski

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



**TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL
EM MATÉRIA PENAL ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E
O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República Francesa,

Desejosos de promover uma cooperação jurídica internacional em matéria penal mais eficaz,

Desejosos neste intuito de completar e modernizar o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996 (a seguir denominado “o Acordo”),

Acordam as disposições seguintes:

Artigo 1

O Artigo 1º do Acordo será substituído por:

“Artigo 1

1. Os dois Estados se comprometem a prestar-se mutuamente, de acordo com as disposições do presente Acordo, a cooperação jurídica internacional da maneira mais



ampla possível em todo procedimento que tenha por objeto infrações cuja repressão seja, quando a ajuda for pedida, da competência das autoridades do Estado requerente.

2. Cada um dos Estados poderá, no âmbito do presente Acordo, pedir ao outro, informações sobre sua legislação e sua jurisprudência.
3. O presente Acordo não se aplica à execução de decisões que impliquem prisão, nem às infrações militares que não constituam infrações de direito comum.
4. Para os propósitos deste Acordo, as autoridades competentes para solicitar assistência em matéria penal são aquelas competentes para atuar em procedimentos de investigação ou processos judiciais relacionados à prática de uma infração penal, conforme definido na lei interna do Estado requerente.”

Artigo 2

O Artigo 2º do Acordo será substituído pelo artigo seguinte:

“Artigo 2

1. A cooperação poderá ser recusada:
 - a. Se o pedido se referir a infração que não seja punível, tanto pela legislação do Estado requerente, como pela do Estado requerido;
 - b. Se o pedido se referir a infrações consideradas pelo Estado requerido como infrações políticas, ou a elas conexas;
 - c. Se o Estado requerido considerar que a execução do pedido é de natureza que atente contra a soberania, a segurança, a ordem pública ou outros interesses essenciais do seu país;
 - d. Se houver sérios motivos para crer que o pedido de cooperação foi apresentado com a finalidade de perseguir ou de punir uma pessoa em razão de sua raça, de seu sexo, de sua religião, de sua nacionalidade ou de suas opiniões políticas, ou que a situação desta pessoa corra o risco de ser agravada por uma ou por outra destas razões.



2. A cooperação não poderá ser recusada:
 - a. Unicamente pelo fato de o pedido se referir a uma infração considerada pelo Estado requerido como infração fiscal.
 - b. Unicamente pelo fato de a legislação do Estado requerido não cobrar o mesmo tipo de taxas ou de impostos, de alfândega e de câmbio ou não prever o mesmo tipo de regulamentação em matéria de taxas e de impostos, de alfândega e de câmbio que a legislação do Estado requerente.
3. O Estado requerido não invocará o sigilo bancário como motivo para indeferir um pedido de cooperação jurídica internacional.”

Artigo 3

O Artigo 3º do Acordo será substituído pelo seguinte Artigo:

“Artigo 3

1. O Estado requerido executará, de acordo com sua legislação, os pedidos de cooperação relativos a um caso penal que lhe forem encaminhados pelas autoridades competentes do Estado requerente, e que tiverem por finalidade cumprir atos de investigação ou instrução, ou apresentar elementos de prova, autos ou documentos.
2. Se o Estado requerente desejar que testemunhas ou peritos deponham sob juramento, deverá mencionar expressamente este desejo, e o Estado requerido dar-lhe-á cumprimento se sua legislação não se opuser.
3. O Estado requerido poderá transmitir apenas cópias ou fotocópias certificadas dos autos ou documentos solicitados. No entanto, se o Estado requerente pedir expressamente a apresentação dos originais, na medida do possível, a solicitação será atendida.”

Artigo 4



O parágrafo 1º do Artigo 9º será substituído pelo seguinte parágrafo, mantendo-se a redação original do parágrafo 2º e do parágrafo 3º do Artigo 9º:

“Artigo 9

1. Se o Estado requerente considerar que o comparecimento pessoal de uma testemunha ou de um perito perante suas autoridades competentes é particularmente necessário, fará constar menção disto no pedido de entrega da citação e o Estado requerido dará dela conhecimento à testemunha ou ao perito. O Estado requerido informará ao Estado requerente a resposta da testemunha ou do perito.”

Artigo 5

O Artigo 11 do Acordo será substituído pelo seguinte Artigo:

“Artigo 11

1. Nenhuma testemunha ou perito, seja qual for sua nacionalidade, que, após uma citação, compareça perante as autoridades competentes do Estado requerente, poderá ser perseguida, detida, ou submetida a qualquer outra restrição de sua liberdade individual no território desse Estado por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado requerido.
2. Nenhuma pessoa, seja qual for sua nacionalidade, citada perante as autoridades competentes do Estado requerente para ali responder por fatos pelos quais ela é objeto de processos, poderá ser ali perseguida, detida, ou submetida a qualquer outra restrição de sua liberdade individual, por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado requerido e não abrangido pela citação.
3. Cessará a imunidade prevista no presente artigo quando a testemunha, o perito ou a pessoa, tendo tido a possibilidade de deixar o território do Estado requerente durante 30 (trinta) dias consecutivos depois que sua presença não seja mais requerida pelas autoridades competentes, tenha permanecido nesse território ou a ele retornado após havê-lo deixado.”



Artigo 6

O Capítulo IV deste Acordo será substituído pelo seguinte:

“Capítulo IV

Informações relativas às condenações definitivas

Artigo 12

1. O Estado requerido transmitirá, na mesma medida em que suas autoridades competentes possam obtê-las em situação semelhante, as informações relativas a condenações definitivas, que lhes forem pedidas pelas autoridades competentes do Estado requerente para as necessidades de uma causa penal.
2. Tais pedidos poderão ser encaminhados diretamente pelas autoridades competentes ao órgão competente do Estado requerido, e as respostas poderão ser diretamente remetidas a esse serviço.
3. Para a República Federativa do Brasil, o órgão competente é o Ministério da Justiça e Segurança Pública e para a República francesa, o órgão competente é o “Casier Judiciaire National”. Cada Estado notificará ao outro quaisquer modificações do órgão competente.”

Artigo 7

O Artigo 13 será acrescido do seguinte parágrafo 3º, mantida a redação original dos parágrafos 1º e 2º:

“Artigo 13

3. Os pedidos de cooperação jurídica internacional serão feitos por escrito ou por qualquer meio que permita obter um registro escrito e em condições que possibilitem ao Estado requerido verificar sua autenticidade.”



Artigo 8

O parágrafo 1º do Artigo 15 do Acordo será substituído pelo seguinte parágrafo 1º, mantendo-se a redação original do parágrafo 2º:

“Artigo 15

1. Os pedidos de cooperação jurídica internacional e as peças que os acompanham devem ser redigidos no idioma do Estado requerente e acompanhadas de tradução efetuada no idioma do Estado requerido.”

Artigo 9

O Artigo 16 do Acordo será substituído pelo seguinte Artigo:

“Artigo 16

As peças e documentos transmitidos com base neste Acordo são dispensados de legalização e de todas as formalidades análogas.”

Artigo 10

Um novo Artigo 16-1, conforme redação a seguir, será inserido após o Artigo 16 do Acordo, dentro do Capítulo V intitulado “Procedimento”:

“Artigo 16-1

1. O Estado requerido respeitará o caráter confidencial do pedido e do seu conteúdo nas condições previstas por sua legislação. Se o pedido não puder ser executado sem atentar contra seu caráter confidencial, o Estado requerido informará o Estado requerente que decidirá se quer prosseguir com o cumprimento da execução.



2. O Estado requerido poderá pedir que a informação ou o elemento de prova fornecido em conformidade com o presente Acordo permaneça confidencial ou que só possa ser divulgado ou utilizado conforme os termos e condições por ele especificados. Quando entender que deve aplicar estas disposições, o Estado requerido informará previamente o Estado requerente. Se o Estado requerente aceitar estes termos e condições, ele deverá respeitá-las. Caso contrário, o Estado requerido poderá recusar a cooperação.

3. O Estado requerente não poderá divulgar ou utilizar uma informação ou um elemento de prova fornecido ou obtido em aplicação do presente Acordo para fins que não sejam aqueles estipulados no pedido sem o acordo prévio do Estado requerido.”

Artigo 11

O Artigo 18 do Acordo será substituído pelo seguinte Artigo:

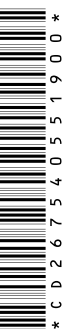
“Artigo 18

1. Sob reserva do disposto nos Artigos 8 e 21, a execução dos pedidos de cooperação, inclusive os pedidos relativos à busca de provas, não acarretará o reembolso de qualquer despesa, salvo aquelas ocasionadas pela intervenção de peritos no território do Estado requerido e pela transferência, em aplicação do Artigo 10, das pessoas detidas.
2. Se, durante a execução do pedido, verificar-se que despesas extraordinárias são necessárias para dar cumprimento ao pedido, os dois Estados consultar-se-ão para fixar os termos e condições nos quais a execução pode prosseguir.”

Artigo 12

O título do Capítulo VI do Acordo será modificado, sendo substituído por “Transferência de Processos Penais e encaminhamento espontâneo de Informações.”

Artigo 13



O Artigo 19 do Acordo será substituído pelo seguinte:

“Artigo 19

1. Toda transferência de processo penal encaminhada por um dos dois Estados, com o objetivo de submetê-lo às autoridades competentes do outro Estado, será efetuada conforme estipulado no Artigo 14.
2. O Estado requerido dará conhecimento do efeito atribuído a essa transferência de processo penal e transmitirá, se necessário, uma cópia da decisão tomada.
3. O disposto no parágrafo 1º do Artigo 15 aplicam-se às transferências de processo penal previstas no parágrafo 1º do presente Artigo.”

Artigo 14

Um novo Artigo 19-1, redigido como segue, será inserido após o Artigo 19 do Acordo, sendo parte integrante do Capítulo VI:

“Artigo 19-1

1. Sem prejuízo de suas próprias investigações ou de seus processos, as autoridades competentes dos dois Estados podem proceder, respeitadas as respectivas legislações de cada Estado, sem que lhes tenha sido previamente solicitado, à transmissão ou ao intercâmbio de informações relativas as infrações penais cujo tratamento ou sanção seja de competência da autoridade que receba as informações no momento em que estas são prestadas.
2. As disposições dos Artigos 14 e 15, parágrafo 1º, serão aplicadas à transmissão espontânea de informações prevista no parágrafo 1º do presente Artigo.
3. O Estado que fornecer as informações poderá, em conformidade com sua legislação nacional, subordinar a determinadas condições o uso dessas informações pelo Estado que as receber. O Estado destinatário das informações deverá respeitar essas condições.”



Artigo 15

O Capítulo VII do Acordo, intitulado “Disposições Finais”, e seu artigo único, o Artigo 20, passam a ser um novo Capítulo IX intitulado “Disposições Finais”, e um novo artigo único, o Artigo 30, sem alteração de seu conteúdo.

Artigo 16

No Acordo, cria-se um novo Capítulo VII intitulado “Medidas especiais de cooperação”, comportando os 9 (nove) artigos novos, com a redação a seguir:

“Capítulo VII

Medidas especiais de cooperação”

Artigo 20

1. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido fornecerá, nos prazos mais breves, todas as informações relativas a contas de qualquer natureza, devedas ou controladas, em qualquer banco situado no seu território, por uma pessoa física ou jurídica alvo de uma investigação penal no Estado requerente.
2. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido comunicará as informações relativas a determinadas contas bancárias e a operações bancárias realizadas durante um período determinado em uma ou várias contas especificadas no pedido, como também as informações relativas a qualquer conta remetente ou destinatária.
3. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido monitorará, durante um período determinado, as operações bancárias realizadas sobre uma ou várias contas especificadas no pedido e comunicará o resultado ao Estado requente. As modalidades práticas de monitoramento serão acordadas entre as autoridades competentes do Estado requerido e do Estado requerente.



4. As informações mencionadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º serão fornecidas ao Estado requerente, mesmo que se trate de contas detidas por entidades atuando com a forma ou por conta de fundos fiduciários ou de qualquer instrumento de gestão de um patrimônio de afetação com constituintes ou beneficiários cuja identidade é desconhecida.
5. O Estado requerido tomará as medidas necessárias para que os bancos não revelem ao respectivo cliente nem a terceiros que informações foram transmitidas ao Estado requerente em conformidade com o disposto no presente artigo.

Artigo 21

1. Se uma pessoa no território de um dos dois Estados deve ser ouvida como testemunha ou perito pelas autoridades competentes do outro Estado, este poderá pedir, se for inoportuno ou impossível para a pessoa em questão comparecer pessoalmente no seu território, que a audiência ocorra por videoconferência, em conformidade com o disposto no presente artigo.
2. O Estado requerido consentirá com a audiência por videoconferência sempre que as condições técnicas permitirem sua utilização.
3. Os pedidos de audiência por videoconferência deverão conter, além das indicações previstas no Artigo 13, parágrafos 1º e 2º, o motivo pelo qual não é desejável ou possível para a testemunha ou o perito comparecer pessoalmente à audiência e mencionar o nome da autoridade competente e das pessoas que procederão à audiência.
4. A autoridade competente do Estado requerido enviará uma citação para comparecimento à pessoa em questão nas formas previstas por sua legislação.
5. As regras seguintes aplicar-se-ão à audiência por videoconferência:
 - a. A audiência tem lugar na presença de uma autoridade competente do Estado requerido, com a assistência de um intérprete se necessário. Esta autoridade competente é responsável pela identificação da pessoa ouvida e pelo respeito dos princípios

- fundamentais da legislação do Estado requerido. Se a autoridade competente do Estado requerido considerar que a legislação do seu Estado não é respeitada durante a audiência, ela tomará imediatamente as medidas necessárias para que a audiência possa prosseguir em conformidade com a lei;
- b. As autoridades competentes de ambos os Estados acordam, se for o caso, adotar, as medidas de proteção à pessoa;
 - c. A audiência é conduzida diretamente pela autoridade do Estado requerente, ou sob a sua direção, conforme o seu direito interno;
 - d. A pedido do Estado requerente ou da pessoa a ouvir, o Estado requerido tomará as medidas para que esta possa ser assistida por um intérprete se necessário;
 - e. A pessoa a ser ouvida poderá invocar o direito de não prestar o compromisso legal de testemunha ou invocar o direito ao silêncio que lhe seria reconhecido pela lei, quer do Estado requerido, quer do Estado requerente.
6. Sem prejuízo de quaisquer medidas acordadas para a proteção das pessoas, a autoridade competente do Estado requerido exarará, no final da audiência, uma ata indicando a data e o local da audiência, a identidade da pessoa ouvida, as identidades e qualidades de todas as outras pessoas do Estado requerido que participaram da audiência, as eventuais prestações de compromisso e as condições técnicas da audiência. Este documento será transmitido pela autoridade competente do Estado requerido à autoridade competente do Estado requerente.
7. Cada Estado tomará as medidas necessárias para que, quando testemunhas ou peritos sejam ouvidos no seu território em conformidade com este artigo e recusem-se a prestar testemunho embora sejam obrigados ou prestarem falso testemunho, o direito nacional se aplique como se a audiência tivesse lugar no âmbito de um processo nacional.
8. Os dois Estados poderão, se o direito interno o permitir, aplicar igualmente o disposto no presente artigo às audiências por videoconferência às quais participa uma pessoa alvo de persecução penal. As audiências só poderão ter lugar com o consentimento desta pessoa. A decisão de convocar a videoconferência e a maneira como vai decorrer deverão ser acordadas entre as autoridades dos dois Estados e respeitar o seu direito interno.



Artigo 22

1. O Estado requerido dará cumprimento, de acordo com sua legislação, aos pedidos de busca e apreensão de provas e medidas assecuratórias de bens.
2. O Estado requerido informará o Estado requerente do resultado da execução destes pedidos.
3. O Estado requerente conformar-se-á a quaisquer condições impostas pelo Estado requerido quanto aos objetos apreendidos entregues ao Estado requerente.

Artigo 23

1. No âmbito da aplicação do presente Acordo, a expressão “produto da infração” designa o bem, seja qual for a sua natureza, derivado ou obtido direta ou indiretamente do cometimento de uma infração, enquanto a expressão “instrumento da infração” designa todo e qualquer bem usado ou destinado a ser usado para cometer uma infração.
2. No seu pedido, o Estado requerente comunicará ao Estado requerido os motivos da convicção de que os produtos e os instrumentos de uma infração podem se encontrar na jurisdição do outro Estado. O Estado requerido envidará os esforços para constatar se esses produtos e instrumentos realmente estão em sua jurisdição e comunicará ao Estado requerente sobre os resultados de suas buscas.
3. Se, em conformidade com o parágrafo 1º, os produtos e instrumentos presumidos de uma infração forem encontrados, o Estado requerido tomará as medidas necessárias autorizadas por sua legislação para impedir que sejam objeto de transações, transferidos ou cedidos antes que exista uma decisão judicial definitiva do Estado requerente a respeito desses bens.
4. O Estado requerido deverá, de acordo com sua legislação e a pedido do Estado requerente, contemplar prioritariamente a restituição ao Estado requerente dos produtos e instrumentos das infrações, notadamente com vista à indenização das vítimas ou à restituição ao proprietário legítimo, sob reserva dos direitos de terceiros de boa-fé.



5. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido poderá executar uma sentença exequível de perdimento proferida pelas autoridades judiciárias do Estado requerente.
6. Salvo se os dois Estados tomarem uma decisão em contrário, o Estado requerido poderá deduzir, se for o caso, as despesas razoáveis acarretadas pelas investigações, ações ou processos judiciais tendo levado à restituição ou à disposição dos bens apreendidos em aplicação do presente artigo.
7. Os dois Estados poderão decidir celebrar, caso a caso, acordos ou arranjos mutuamente aceitáveis para a disposição definitiva ou para a partilha do produto da venda dos bens objeto de uma sentença de perdimento. Se os montantes arrecadados forem irrisórios, o Estado requerente contemplará prioritariamente a possibilidade de deixá-los ao Estado requerido.
8. Na ausência de acordo ou de arranjo entre os dois Estados, os valores em dinheiro arrecadados e o produto da venda dos bens confiscados, deduzidas as despesas de execução, serão divididos igualmente entre o Estado requerido e o Estado requerente.

Artigo 24

1. Cada Estado compromete-se a autorizar, conforme sua legislação e a pedido do outro Estado, entregas vigiadas no seu território, no âmbito de investigações penais.
2. A decisão de recorrer a entregas vigiadas será tomada caso a caso pelas autoridades competentes do Estado requerido, respeitando o direito nacional deste Estado.
3. As entregas vigiadas serão executadas em conformidade com os procedimentos previstos pelo Estado requerido. O poder de atuação, a direção e o controle da operação pertencem às autoridades competentes deste Estado.

Artigo 25

1. Os agentes de um dos dois Estados que, no âmbito de uma investigação, mantenham sob vigilância no seu país uma pessoa que se presume ter participado de fato punível com pena privativa de liberdade de pelo menos 2 (dois) anos, ou pessoa em relação à



qual existam fortes razões para crer que possa conduzir à identificação ou à localização da pessoa nessas condições, são autorizados a prosseguir esta vigilância no território do outro Estado, quando este tenha autorizado a vigilância transfronteiriça com base em um pedido de cooperação jurídica internacional previamente apresentado. Esta autorização pode estar sujeita a condições.

2. Mediante solicitação, a vigilância será confiada aos agentes do Estado no território do qual ela deve ser efetuada.

3. O pedido de cooperação jurídica internacional mencionado no parágrafo 1º deve ser dirigido à autoridade designada por cada Estado como competente para conceder ou transmitir a autorização solicitada. A saber:
 - a. Para a República Federativa do Brasil: a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal.

 - b) Para a República Francesa: a Direção Central da Polícia Judiciária ou o Centro de Cooperação Policial instituído pelo Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação, firmado em Brasília, no dia 7 de setembro de 2009, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, para a criação de um Centro de Cooperação Policial.

4. Quando, por razões especialmente urgentes, a autorização prévia do outro Estado não puder ser solicitada, os agentes responsáveis pela vigilância que estiverem agindo no âmbito de uma investigação penal serão autorizados a prosseguir, para além da fronteira, a vigilância de uma pessoa que se presume ter praticado os fatos puníveis enumerados no parágrafo 6º, nas seguintes condições:
 - a. a passagem da fronteira será imediatamente comunicada durante a vigilância à autoridade do Estado referido no parágrafo 3º;

 - b. será imediatamente transmitido um pedido de cooperação jurídica internacional, apresentado nos termos do parágrafo 1º, expondo os motivos que justificam a passagem de fronteira sem autorização prévia.

A vigilância será imediatamente cancelada se o Estado em cujo território ela estiver sendo realizada o solicitar, após a notificação referida na alínea a) ou o pedido referido na alínea b), ou no caso de a autorização não ser obtida até 12 (doze) horas após a passagem da fronteira.

5. A vigilância a que se referem os parágrafos 1º e 4º só pode ser efetuada nas seguintes condições gerais:



- a. Os agentes responsáveis pela vigilância devem cumprir as disposições do presente Artigo e a legislação do Estado em cujo território atuam; além disso, devem obedecer às ordens das autoridades localmente competentes;
- b. Ressaltadas as situações previstas no parágrafo 4º, os agentes responsáveis pela vigilância devem ser portadores, durante a vigilância, de um documento que certifique que a autorização foi concedida;
- c. Os agentes responsáveis pela vigilância devem justificar, a qualquer momento, o caráter oficial da sua missão;
- d. Os agentes responsáveis pela vigilância podem estar munidos de sua arma de serviço durante a vigilância, salvo decisão expressa em contrário do Estado requerido; sua utilização é proibida, exceto em caso de legítima defesa;
- e. É proibida a entrada em domicílios e em locais não acessíveis ao público;
- f. Os agentes responsáveis pela vigilância não podem abordar nem prender a pessoa vigiada;
- g. Toda e qualquer operação será objeto de apresentação de um relatório às autoridades do Estado em cujo território foi realizada; pode ser exigido o comparecimento pessoal dos agentes responsáveis pela vigilância;
- h. A pedido das autoridades do Estado em cujo território se realizou a vigilância, as autoridades do Estado do qual os agentes responsáveis pela vigilância são originários colaborarão no inquérito subsequente à operação da qual participaram.
6. A vigilância, tal como referida no parágrafo 4º, só pode ser efetuada em razão de um dos seguintes fatos puníveis:
- 7.
- Homicídio doloso simples;
 - Homicídio doloso qualificado;
 - Estupro;
 - Terrorismo ou seu financiamento;
 - Incêndio voluntário;



- Falsificação de dinheiro;
- Furto, roubo e receptação;
- Extorsão;
- Rapto e sequestro;
- Tráfico de seres humanos;
- Tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- Infrações às disposições legais em matérias de armas e explosivos;
- Destruição com emprego de explosivos;
- Transporte ilícito de resíduos tóxicos e nocivos;
- Tráfico de migrantes;
- Abuso sexual de crianças.

7. Os agentes responsáveis pela vigilância são:

- Pela República Federativa do Brasil: a Polícia Federal;
- Pela República francesa: os oficiais e agentes de Polícia Judiciária da Polícia Nacional e da Gendarmeria Nacional, bem como, no que diz respeito às suas atribuições judiciárias, os agentes das Adunas.

Artigo 26

1. As autoridades competentes dos dois Estados podem criar, de comum acordo, uma equipe de investigação conjunta com um objetivo específico e por um período limitado, que poderá ser prolongado com o acordo dos dois Estados, a fim de efetuar investigações criminais em um ou em ambos os Estados. A composição da equipe será estipulada no acordo de criação da equipe conjunta de investigação.
2. Uma equipe conjunta de investigação pode ser criada nos seguintes casos:
 - a. no âmbito de investigações transnacionais, efetuadas pelo Estado requerente e que envolvam também o Estado requerido, se houver necessidade de realizar diligências complexas que exijam a mobilização de importantes recursos;
 - b. se os dois Estados realizarem investigações sobre infrações que, por força de circunstâncias subjacentes, requeiram uma ação coordenada e concertada por parte dos dois Estados.



3. O pedido de criação de uma equipe conjunta de investigação pode ser apresentado pela autoridade competente de qualquer um dos Estados interessados e será submetido a autorização prévia de suas Autoridades Centrais.

4. Os pedidos de criação de equipes conjuntas de investigação deverão indicar:
 - a. a autoridade de quem emana o pedido;
 - b. definição do objeto e descrição dos motivos que justificam a necessidade de criação da equipe;
 - c. os nomes e as qualificações dos participantes do Estado requerente;
 - d. exposição sucinta dos fatos investigados incluindo, na medida do possível, as informações relativas às pessoas investigadas;
 - e. os tipos penais aplicáveis;
 - f. descrição sucinta dos atos de investigação que se propõe realizar;
 - g. o prazo para seu funcionamento;
 - h. as regras relativas à confidencialidade previstos no artigo 16-1 deste Acordo;
 - i. o projeto de acordo de criação da equipe conjunta de investiga.

5. A solicitação para criação de uma Equipe Conjunta de Investigação deverá ser redigida no idioma oficial do Estado requerente e traduzida para idioma do Estado requerido, salvo acordo diverso entre as Autoridades Centrais dos Estados.

6. A equipe pautar-se-á pelas seguintes condições gerais:
 - a. a equipe será coordenada por um representante da autoridade competente do Estado em cujo território a equipe opera, o qual atuará nos limites das competências que lhe serão atribuídas pela legislação do Estado em que as diligências são realizadas;



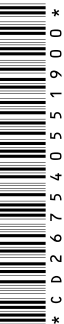
- b. a equipe atuará em conformidade com a legislação do Estado em cujo território são realizadas as diligências. Os membros da equipe e os membros designados da equipe executarão suas missões sob a supervisão do representante referido na alínea a), tendo em conta as condições estipuladas pelas respectivas autoridades no Acordo relativo à criação da equipe;
 - c. o Estado em cujo território são realizadas as diligências deverá viabilizar as condições operacionais necessárias à sua atuação.
7. No âmbito do presente Artigo, os membros da equipe de investigação conjunta provenientes do Estado em cujo território a equipe opera são designados como “membros”, enquanto os membros provenientes do outro Estado são referidos como “membros designados”.
 8. Os membros designados para a equipe conjunta de investigação têm o direito de estar presentes quando forem tomadas medidas relativas à investigação no Estado em que as diligências estão sendo realizadas. No entanto, o representante da equipe poderá, por razões específicas, e em conformidade com a legislação do Estado em cujo território a equipe opera, tomar decisão em contrário.
 9. Os membros designados da equipe de investigação conjunta podem, em conformidade com a legislação do Estado onde ocorrem as diligências, se encarregados pelo representante da equipe, executar determinadas medidas em colaboração com as autoridades competentes, tanto do Estado em que ocorrem as diligências, como do Estado que procedeu à designação.
 10. No caso de a equipe de investigação conjunta necessitar que sejam tomadas medidas de investigação em um dos Estado, os membros designados para a equipe por esse Estado poderão solicitar, às respectivas autoridades competentes, que sejam adotadas essas medidas. O Estado em questão analisará as referidas medidas à luz das condições que seriam aplicadas se fossem solicitadas no âmbito de uma investigação nacional.
 11. O membro designado para atuar na Equipe Conjunta de Investigação poderá, de acordo com sua legislação nacional e no âmbito de suas competências, fornecer à equipe informações disponíveis no Estado que o designou para efeitos da investigação criminal conduzida pela equipe.



12. As informações legitimamente obtidas por um membro, ou um membro designado durante sua vinculação a uma equipe de investigação conjunta, que de outra forma não estariam acessíveis às autoridades competentes dos Estados em questão, poderão ser utilizadas:
- para os fins correspondentes aos objetivos da criação da equipe;
 - para detecção, investigação e andamento judicial de outras infrações penais, desde que essas medidas tenham sido previamente autorizadas pelo Estado em que as informações foram obtidas. Esta autorização só poderá ser recusada nos casos em que tal utilização possa comprometer investigações judiciais em um curso no Estado em questão, ou nos casos em que o referido Estado possa recusar a cooperação;
 - para evitar ameaça grave e imediata à segurança pública, e sem prejuízo do disposto na alínea b) caso seja posteriormente aberta uma investigação criminal;
 - para outros fins, desde que acordados entre os dois Estados.
13. Durante a duração da Equipe Conjunta de Investigação criada conforme as estipulações deste Acordo, a tramitação, a troca e o uso de informações, documentos e materiais entre os participantes poderão ser feita de forma direta.
14. Ao término dos trabalhos da Equipe Conjunta de Investigação, o representante deverá enviar à respectiva Autoridade Central um relatório final discriminando as diligências realizadas e os elementos tramitados entre os membros.
15. Na medida em que seja autorizado pela legislação dos Estados, poderão ser acordadas disposições para que participem das atividades da equipe conjunta de investigações pessoas que não sejam representantes das autoridades competentes dos Estados que criaram a equipe. Os direitos conferidos aos membros ou aos membros destacados da equipe por força do presente Artigo não se aplicam a essas pessoas, salvo se o Acordo estipular expressamente o contrário.

Artigo 27

- O Estado requerente e o Estado requerido poderão acordar cooperar para realizar investigações penais com agentes infiltrados atuando encobertos ou com uma



identidade fictícia, a fim de obter provas e de identificar os autores de infrações que participam da criminalidade organizada.

2. As autoridades competentes do Estado requerido decidirão caso a caso a resposta a um pedido, de acordo com a lei e os procedimentos nacionais, a duração da operação de infiltração, suas modalidades precisas e o estatuto legal dos agentes envolvidos nas operações de infiltração.
3. As operações de infiltração conformar-se-ão com a lei e os procedimentos nacionais do Estado no território do qual elas são levadas a cabo. Ambos os Estados cooperarão para garantir a preparação e a condução e para tomar providências pela segurança dos agentes em ações encobertas ou com uma identidade fictícia.

Artigo 28

1. Durante as operações referidas nos Artigos 24 a 27, os membros estrangeiros que atuam no Estado de realização das diligências serão assemelhados aos agentes daquele Estado no que diz respeito às regras de responsabilidade civil e criminal nos termos da legislação do Estado onde atuarem, ressalvadas as previsões contidas nos parágrafos seguintes.
2. Quando, em conformidade com os Artigos 24 a 27, os funcionários de um Estado encontram-se em missão no território do outro Estado, o Estado de origem será responsável pelos danos por eles causados durante a missão, em conformidade com o direito do Estado sobre o território do qual estão operando.
3. O Estado cujo território sofre os danos referidos no parágrafo 1º arcará com o conserto destes danos nas condições aplicáveis aos danos causados por seus próprios agentes.
4. O Estado cujos funcionários causaram danos a quem quer que seja no território do outro Estado ressarcir-lo-á integralmente das somas pagas às vítimas ou aos seus dependentes.
5. Sem prejuízo do exercício de seus direitos perante terceiros e com a exceção da disposição do parágrafo 3º, cada Estado renunciará, no caso previsto no parágrafo 1º, ao ressarcimento dos danos sofridos.”



Artigo 17

No âmbito do presente Acordo, cria-se um novo Capítulo VIII intitulado “Proteção de Dados Pessoais”, que comporta um único Artigo, redigido da seguinte forma:

“Capítulo VIII

Proteção de dados pessoais

Artigo 29

1. Os dados de carácter pessoal transmitidos de um Estado ao outro em resposta a um pedido de cooperação constituído em aplicação do presente Acordo só podem ser utilizados pelo Estado ao qual foram transmitidos com as seguintes finalidades:

- a) no âmbito de procedimentos a que se aplique o presente Acordo;
- b) outros procedimentos judiciais e administrativos diretamente relacionados com os procedimentos referidos na alínea a), excluindo os extratos do registro criminal que incluam a lista completa das condenações mencionadas no registro criminal que não podem ser transmitidas para fins de um procedimento administrativo;
- c) prevenção de ameaças imediatas e graves à segurança pública.

2. O tratamento de dados pessoais deve se limitar ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

3. Esses dados só podem ser usados para outras finalidades desde que sejam abrangidas pelo presente Acordo e que a Autoridade detenha competência legal para a nova finalidade. No caso de transmissão posterior a um terceiro Estado ou a uma organização internacional, é necessário acordo prévio do Estado que transmitiu inicialmente os dados e, se necessário, consentimento prévio da pessoa em questão.



4. Toda e qualquer pessoa cujos dados pessoais sejam transmitidos de um Estado ao outro em aplicação do presente Acordo terá direito de interpor recurso jurisdicional efetivo. Se considerar que os princípios que regem o processamento de tais dados não foram respeitados. Tal pessoa também terá o direito de acesso, retificação e supressão de seus dados pessoais com a Parte para a qual seus dados foram transferidos. O responsável pelo tratamento pode limitar ou adiar o exercício desses direitos se e enquanto eles forem de natureza a comprometer uma das finalidades mencionadas no parágrafo 1º ou o exercício dos direitos e liberdades de outrem.
5. A Parte que transmitiu os dados pessoais pode solicitar à Parte à qual os dados foram transmitidos que a informe sobre o uso que deles foi feito.
6. Tais dados serão conservados de uma forma que permita a identificação das pessoas em questão somente pelo tempo estritamente necessário para os fins para os quais são tratados.
7. Caso tenham sido impostas restrições ao uso de dados pessoais, tais condições prevalecerão sobre as disposições do presente Artigo. Na ausência de tais condições, aplicam-se as disposições deste Artigo.
8. Os responsáveis pelo tratamento dos dados devem tomar todas as precauções cabíveis, considerando a natureza dos dados e os riscos envolvidos em seu tratamento, para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados transmitidos em aplicação do presente Acordo, evitando, em particular, que sejam deturpados ou deteriorados, ou que terceiros não autorizados tenham acesso a eles.”

Artigo 18

1. Cada um dos dois Estados comunicará ao outro o cumprimento das formalidades requeridas pela sua Constituição para a entrada em vigor do presente Termo Aditivo.
2. Este Termo Aditivo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data do recebimento da última dessas notificações.
3. O presente Termo Aditivo terá o mesmo prazo de validade do Acordo.



E PARA CONSTAR, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos respectivos Governos, assinaram o presente Termo Aditivo.

FEITO em Brasília, aos 28 de março de 2024, em 2 (dois) exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, tendo ambos os textos o mesmo valor legal.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANCESA

Mauro Vieira

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Stéphane Séjourné

Ministro de Europa e dos Negócios
Estrangeiros

Em testemunho:

Ricardo Lewandowski

Ministro de Estado da Justiça e Segurança
Pública



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



FIM DO DOCUMENTO